

CARTILHA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO

Anexos, valores, projetos e responsabilidades

Da homologação em 2021 aos acontecimentos mais recentes

REGIÃO 1 • BRUMADINHO



TRANSPARÊNCIA



PARTICIPAÇÃO



FISCALIZAÇÃO



REPARAÇÃO



INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Material introdutório e de consulta • Agosto de 2026

CARTILHA DE ACOMPANHAMENTO DOS ANEXOS, VALORES, PROJETOS E RESPONSABILIDADES DO ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO

Da homologação em 2021 aos acontecimentos mais recentes, com foco no município de Brumadinho

Brumadinho, Minas Gerais
Agosto de 2026

ESCOPO: Material introdutório e de consulta. Dados verificados até 5 de agosto de 2026. Valores nominais e atualizados são mantidos separados.

Apresentação

Este instrumento de trabalho explica e permite acompanhar o Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho. Ele combina o instrumento oficial de 130 páginas, decisões e comunicações das Instituições de Justiça, portais de auditoria, acompanhamento governamental, imprensa, organizações comunitárias e ATIs. O foco é Brumadinho. A AEDAS aparece apenas como fonte histórica: deixou as Regiões 1 e 2 em 2025. Em março de 2026, o IBGP foi escolhido para a Região 1 (Brumadinho), e a ADAI para a Região 2.

LIMITE CENTRAL: Não existe, nas fontes examinadas, um percentual único, público e metodologicamente comparável de “execução total”. Depósito, arrecadação, empenho, pagamento, execução física e conclusão são etapas diferentes. Por isso, este guia evita produzir um número agregado enganoso.

Metodologia e limitações

- Hierarquia de fontes: acordo/decisão judicial; relatório ou portal oficial; auditoria; ATI; imprensa; posicionamento da Vale.
- Cruzamento sempre que possível; divergências são apresentadas, não apagadas.
- A situação de um projeto só é classificada quando a fonte informa estágio ou entrega.
- Painéis dinâmicos e planilhas podem mudar após o fechamento. Nem todos os contratos e percentuais físicos estavam disponíveis em formato aberto e consolidado.
- As tabelas de projetos de Brumadinho são sínteses, não substituem o acompanhamento de cada processo e contrato.

Sumário

No Word, clique com o botão direito no sumário e selecione “Atualizar campo”.

1. Como utilizar este guia

Leia primeiro o resumo executivo e o quadro dos anexos. Depois, consulte o capítulo do anexo de interesse. Em qualquer valor, observe três perguntas: qual é a data de referência? o valor é nominal ou corrigido? ele representa dinheiro recebido ou resultado entregue?

Termo	Em linguagem simples
Previsto	Reserva nominal definida no acordo.
Depositado em juízo	Dinheiro colocado em conta judicial; ainda pode depender de liberação.
Arrecadado	Receita que ingressou no caixa do ente executor.
Empenhado	Reserva orçamentária para uma despesa.
Liquidado	Despesa conferida como devida após entrega/medição.
Pago	Saída financeira efetivada.
Execução física	Obra, serviço ou entrega realmente produzida.
Concluído	Só deve ser usado com critério explícito: obra entregue, contrato encerrado ou obrigação quitada.

2. Resumo executivo

O rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV-A da Mina Córrego do Feijão ocorreu em 25 de janeiro de 2019. O acordo foi homologado em 4 de fevereiro de 2021 e definiu obrigações coletivas e difusas da Vale, sem extinguir danos individuais divisíveis nem o processo criminal. O valor global nominal anunciado foi de R\$ 37,689 bilhões. Essa cifra não é um cheque entregue ao Estado: contém obrigações executadas pela Vale, obrigações de pagar, medidas já realizadas e uma reparação socioambiental estimada em R\$ 5 bilhões, mas sem teto financeiro.

Pergunta	Resposta curta
Quanto vale?	R\$ 37,689 bilhões em valor global nominal anunciado em 2021.
Tudo foi para o Estado?	Não. Parte é executada pela Vale; parte fica sob governança das Instituições de Justiça; parte vai a Estado ou municípios; parte já havia sido despendida.
Brumadinho tem verba exclusiva?	Sim. O Anexo I.4 reservou R\$ 1,5 bilhão nominal, corrigível pelo IPCA, para projetos exclusivos no município.
O que avançou?	O PTR terminou em outubro de 2025; o NAE começou a ser estruturado judicialmente; o I.1 entrou em execução; o I.4 registra 43 iniciativas, 33 iniciadas, 31 em execução e 2 concluídas.
O que segue crítico?	O NAE depende da ADPF 1314 no STF; o plano socioambiental segue inconcluso; dados fragmentados e participação efetiva permanecem problemas.

Data	Marco que muda o trabalho
25 jan. 2019	Rompimento e início das medidas emergenciais.
4 fev. 2021	Acordo homologado.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Data	Marco que muda o trabalho
nov. 2021	Consulta Popular dos Anexos I.3 e I.4.
2022–2024	Conversões de obrigações para execução pública.
5 jun. 2025	Piloto do I.1 anunciado.
out. 2025	PTR encerrado.
3 mar. 2026	IBGP escolhido para a Região 1.
5 ago. 2026	Fechamento desta verificação.

3. O rompimento e os antecedentes

O desastre provocou 272 mortes, danos sociais, econômicos e ambientais e atingiu o Ribeirão Ferro-Carvão, o rio Paraopeba e territórios ao longo da bacia. Em 9 de julho de 2019, a responsabilidade da Vale pela reparação integral já havia sido reconhecida judicialmente. Antes do acordo, foram firmados termos emergenciais, ambientais e de segurança hídrica e houve bloqueios e antecipações financeiras, inclusive R\$ 1,5 bilhão para resposta à Covid-19.

4. O que é o acordo e quem decide

Compromitentes: Estado de Minas Gerais, MPMG, MPF e DPMG. Compromissária: Vale S.A. O TJMG mediu e homologou o instrumento. A governança varia por anexo: no I.1 e I.2 predominam as Instituições de Justiça; em I.3 e I.4 os comprometentes definem e acompanham, com execução original da Vale ou convertida; nos anexos III e IV o Estado executa; na reparação socioambiental atuam Sisema, comprometentes e auditoria independente.

Ator	Papel predominante
Vale	Paga e/ou executa obrigações; detalha projetos quando previsto.
Compromitentes	Definem, validam, autorizam e acompanham obrigações.
Estado	Executa políticas, obras e projetos sob sua governança.
Municípios	Executam projetos convertidos ou repasses autorizados.
ATIs	Apoiam participação informada e controle social nos territórios.
Auditorias	Verificam detalhamento, custos, execução e evidências.
Pessoas atingidas	Definem projetos do I.1 e priorizam/acompanham I.3 e I.4.

5. Como os recursos foram divididos

Os valores abaixo são apresentados em tabela, sem gráfico, porque pertencem a categorias jurídicas e operacionais diferentes. A comparação visual poderia sugerir que todo o dinheiro percorre o mesmo caminho, o que não é verdadeiro.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Bloco	Valor nominal	Leitura correta
Valor global do acordo	R\$ 37.689.767.329	Soma jurídica de categorias diferentes.
Medidas anteriores/na formalização	R\$ 7.777.107.195	Inclui medidas reparatórias, emergencial, ressarcimentos e Covid-19.
Estimativa inicial II.1	R\$ 5.000.000.000	Sem teto financeiro para reparação integral.
Saldo nominal detalhado em programas	R\$ 24.912.660.134	Distribuído entre anexos e estruturas de apoio.

Fonte: Portal Pró-Brumadinho, “Esclarecendo os anexos”, atualizado em 3 ago. 2026.

6. Obrigação de fazer, pagar e conversão

Modalidade	Quem paga	Quem executa	Ponto de atenção
Fazer	Vale	Vale/contratada	Quitação depende da entrega e validação.
Pagar	Vale	Estado, município ou entidade autorizada	Depósito não prova entrega física.
Conversão	Vale deposita equivalente	Novo ente executor	Pode destravar projeto, mas transfere risco de contratação e execução.

O item 7.5 permite conversão quando o cumprimento direto se torna impossível ou inviável, após avaliação dos compromitentes e apoio de auditoria. Conversões relevantes ocorreram nos anexos I.3, I.4 e II.2.

Data	Anexo/iniciativa	Mudança
3 jun. 2022	I.3 — atenção primária, Promove Minas e saúde mental	Fazer → pagar
19 ago. 2022	I.3 — assistência social	Fazer → pagar
19 ago. 2022	I.4 — saúde/assistência e serviços socioassistenciais	Fazer → pagar
7 fev. 2023	I.4 — Complexo de Saúde	Fazer → pagar
25 jul. 2023	I.3 — obras rodoviárias e saúde especializada	Fazer → pagar
29 jun. 2023	I.4 — saúde/assistência 2 e gestão territorial	Fazer → pagar
10 jun. 2024	II.2 — saneamento básico	Fazer → pagar; municípios propõem e executam
4 dez. 2024	I.4 — estrada Distrito Industrial/MG-155	Conversão com execução pública

7. Quadro geral de todos os anexos oficiais

Anexo	Objeto	Valor	Modalidade	Situação/leitura
I.1	Demandas das comunidades	R\$ 3 bi	Pagar; IJs	Piloto em execução; R\$ 326,7 mi anunciado em 2025.
I.2	Transferência de Renda	R\$ 4,4 bi	Pagar; IJs/FGV	Encerrado em out. 2025 por esgotamento do recurso, segundo ATIs.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Anexo	Objeto	Valor	Modalidade	Situação/leitura
I.3	Projetos Paraopeba	R\$ 2,5 bi	Fazer/pagar	Projetos em vários estágios; conversões desde 2022.
I.4	Projetos Brumadinho	R\$ 1,5 bi	Fazer/pagar	Entregas, obras, detalhamentos e conversões.
II.1	Recuperação socioambiental	Estim. R\$ 5 bi; sem teto	Fazer; Vale	Plano por capítulos; ações aprovadas e em análise.
II.2	Compensação socioambiental	R\$ 1,55 bi	Convertido em 2024	Saneamento via municípios/BDMG; outras iniciativas em execução.
II.3	Segurança hídrica	R\$ 2,05 bi	Pagar; Estado	Valor quitado; obras/contratações em andamento.
III	Mobilidade	R\$ 4,95 bi	Pagar; Estado	Portfólio estadual em execução.
IV	Serviço público	R\$ 3,65 bi	Pagar; Estado	Projetos estaduais e transferências.
V	Acordos relacionados	Documental	Instrumental	Reúne instrumentos jurídicos relacionados.
VI	Acordos rerratificados/novados/extintos	Documental	Instrumental	Define efeitos sobre acordos anteriores.
VII	Pedidos extintos/suspensos	Documental	Processual	Lista pedidos afetados nas ACPs.
VIII	Despesas já realizadas	R\$ 4,392 bi indicados pela Vale	Comprovação/auditoria	Não equivale a nova transferência.
IX	Danos ambientais irreparáveis	Referencial	Socioambiental	Base para compensações.
X	Termo de referência da auditoria	Custeio adicional	Controle	Define serviço de auditoria.
XI	Chamadas periciais	Instrumental	Pericial	Organiza perícias e estudos.

8. Análise dos anexos programáticos

I.1 — Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas

Financia projetos definidos pelas comunidades e linhas de crédito/microcrédito. É o anexo de participação mais direta. Valor nominal de R\$ 3 bilhões, com R\$ 1 bilhão reservado a crédito e microcrédito. Em junho de 2025 foi anunciado piloto de R\$ 326,7 milhões; a governança local e a divisão de recursos ainda geraram reivindicações.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Em execução piloto; o desafio é converter governança participativa em projetos entregues, com prestação de contas inteligível.

I.2 — Programa de Transferência de Renda

Substituiu o pagamento emergencial e foi operacionalizado pela FGV sob gestão das Instituições de Justiça. A dotação nominal foi de R\$ 4,4 bilhões. O PTR terminou em outubro de 2025 com o esgotamento dos recursos. Ele não deve ser descrito como programa atual. O debate vigente é o Novo Auxílio Emergencial (NAE), criado em outra ação e fundamentado na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

LEITURA DE SITUAÇÃO: ENCERRADO. O tema atual é o NAE, ainda submetido a disputa judicial e à ADPF 1314 no STF.

I.3 — Projetos para a Bacia do Paraopeba

R\$ 2,5 bilhões nominais para fortalecer serviços públicos em 25 municípios. A Consulta Popular recebeu milhares de propostas e priorizou temas. Projetos avançam em ritmos diferentes; saúde, assistência e estradas tiveram conversões.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Execução heterogênea; não há um percentual físico único confiável no material consolidado.

I.4 — Projetos exclusivos para Brumadinho

R\$ 1,5 bilhão nominal, corrigível pelo IPCA. Em 31/7/2026, o portal oficial registrava 43 iniciativas selecionadas: 33 iniciadas, sendo 31 em execução e 2 concluídas. Entre as 31 em execução, 17 eram executadas pela Vale, 10 pela Prefeitura, 3 eram híbridas e 1 estava sob execução do DER.

LEITURA DE SITUAÇÃO: PARCIALMENTE EXECUTADO. Há atividade relevante, mas somente 2 das 43 iniciativas estavam classificadas como concluídas pelo critério oficial.

II.1 — Recuperação socioambiental

Obrigação de fazer da Vale, sem teto. O Plano de Reparação é analisado pelo Sisema e auditado pela AECOM. Capítulo 1 foi validado em abril de 2023; Capítulo 2, em dezembro de 2023 com condicionantes; os programas do Capítulo 3 permanecem em análises, revisões e aprovações.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Em execução e validação por etapas; não se pode afirmar conclusão integral.

II.2 — Compensação socioambiental

Valor nominal de R\$ 1,55 bilhão. A iniciativa de saneamento, de R\$ 1,417 bilhão, foi convertida em junho de 2024. Municípios propõem e executam com apoio de Semad/BDMG. Inclui ainda Lagoa Viva, Serra do Rola Moça, listas vermelhas e fauna doméstica.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Convertido em parte e em execução; resultados dependem da capacidade municipal e do monitoramento.

II.3 — Segurança hídrica

R\$ 2,05 bilhões. Obrigação de pagar quitada e recursos transferidos ao Estado, com correção. Em 2025 houve ordens de início e contratos para ampliação do Sistema Manso e outros lotes.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Em execução de médio/longo prazo; receita arrecadada não equivale a obra entregue.

III — Mobilidade

R\$ 4,95 bilhões, em 12 parcelas semestrais corrigidas. Inclui rodovias, Rodoanel, ponte sobre o São Francisco e melhorias no metrô. Tem alcance estadual, não exclusivamente territorial.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Em execução pelo Estado; exige análise projeto a projeto.

IV — Fortalecimento do Serviço Público

R\$ 3,65 bilhões. Abrange saúde, segurança, turismo, meio ambiente e tecnologia. É executado pelo Estado e inclui transferências e aquisições.

LEITURA DE SITUAÇÃO: Em execução; entregas estaduais não devem ser confundidas com reparação territorial direta de Brumadinho.

9. Brumadinho: projetos, obras e entregas

O Anexo I.4 é o núcleo exclusivo do município, mas Brumadinho também é beneficiário do I.1, do antigo I.2 e dos anexos socioambientais. A lista abaixo usa o acompanhamento oficial atualizado em 3 de agosto de 2026 e, quando indicado, registros históricos da antiga ATI. O Portal Rio Paraopeba/FGV deve ser consultado para o status de cada iniciativa.

Nº	Iniciativa oficial do I.4	Executor informado	Situação em 31/7/2026
1	Ações de fomento à saúde e assistência 1 (antigo TPA)	Prefeitura	Iniciada
2	Ações de fomento à saúde e assistência 2 (antigo TPA)	Prefeitura	Iniciada
3	Brumadinho Digital — estudos iniciais	—	Concluída
4	Brumadinho Digital — implantação de rede móvel	Vale	Iniciada
5	Construção de casas populares	Prefeitura	Iniciada
6	Construção de pelotão do CBMMG	Vale	Iniciada
7	UBS em Conceição do Itaguaí	A confirmar	Não iniciada
8	Viaduto Brumadinho Sede	Prefeitura	Iniciada
9	Centro de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica	Prefeitura + Vale	Iniciada
10	Centro cultural quilombola — Marinhos	A confirmar	Não iniciada

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Nº	Iniciativa oficial do I.4	Executor informado	Situação em 31/7/2026
11	Centro cultural quilombola — Ribeirão	A confirmar	Não iniciada
12	Centro cultural quilombola — Rodrigues	A confirmar	Não iniciada
13	Centro cultural quilombola — Sapé	A confirmar	Não iniciada
14	Duplicação Brumadinho-BR-381 (MG-040/MG-155)	DER-MG	Iniciada
15	Estruturação de sala de urgência	—	Concluída
16	Fomento Agro e rastreabilidade — Parte 2	Vale	Iniciada
17	Complexo de Saúde — custeio e aquisições	Prefeitura + Vale	Iniciada
18	Fortalecimento dos serviços socioassistenciais	Prefeitura + Vale	Iniciada
19	Gestão territorial dos projetos	Prefeitura	Iniciada
20	Parque de Desenvolvimento Econômico — Fase A	Vale	Iniciada
21	Parque de Desenvolvimento Econômico — Parte 1	Vale	Iniciada
22	Parque de Desenvolvimento Econômico — Parte 2	Vale	Iniciada
23	Parque de Desenvolvimento Econômico — Parte 3	A confirmar	Não iniciada
24	Estrada Casa Branca-Jardim Canadá	Vale	Iniciada
25	Estrada Alberto Flores-Córrego do Feijão-Casa Branca	Prefeitura	Iniciada
26	Estrada do Retiro do Chalé	Vale	Iniciada
27	Ponte Melo Franco-Almoreimas-Maricota	Vale	Iniciada
28	Pavimentação Aranha-Suzana-Palhano	Prefeitura	Iniciada
29	Pavimentação Brumadinho-Bonfim	Prefeitura	Iniciada
30	Alargamento e melhorias da estrada do Eixo Central	Prefeitura	Iniciada
31	Fomento Agro e rastreabilidade — Parte 1	Vale	Iniciada
32	Regularização fundiária urbana	Vale	Iniciada
33	Requalificação de centros urbanos	Vale	Iniciada
34	Requalificação: Bem-vindo a Brumadinho	Vale	Iniciada
35	Requalificação: Brumadinho Sede, 1º pacote, Fase B	Vale	Iniciada
36	Requalificação: Casa Branca, 1º pacote, Fase B	Vale	Iniciada
37	Intervenções em espaços públicos	A confirmar	Não iniciada
38	Intervenções em vias	A confirmar	Não iniciada
39	Requalificação: obras de referência	Vale	Iniciada
40	Requalificação: Palhano	A confirmar	Não iniciada
41	Requalificação: Parque da Cachoeira	Prefeitura	Iniciada
42	Reforma da praça de Tejuco	Vale	Iniciada
43	Revitalização da Praça das Joias	A confirmar	Não iniciada

Fonte: Portal Pró-Brumadinho, Anexo I.4, atualizado em 3 ago. 2026. “Não iniciada” é inferência controlada: a página não marca a iniciativa como iniciada e informa 10 ainda em detalhamento; confirmar o estágio específico no Portal Rio Paraopeba/FGV.

CRITÉRIO OFICIAL: “Em execução” exige ordem de início após parecer favorável da FGV. “Concluída” exige parecer ex-post da auditoria e ofício de quitação pelos compromitentes. Portanto, obra pronta, depósito ou anúncio isolado não bastam para classificar a iniciativa.

PONTO TERRITORIAL: A documentação pública consolidada não permite demonstrar, de forma única, quanto do Anexo I.4 foi fisicamente entregue em cada distrito ou comunidade. A distribuição sede–zona rural e a manutenção futura continuam sendo dimensões essenciais de controle social.

10. Participação social, ATIs e mudança em Brumadinho

Mecanismo	O que ocorreu	Limite ou crítica
Proposição I.3/I.4	Brumadinho apresentou 475 propostas: 39 da prefeitura e 436 das comunidades.	Propor e votar prioridades não garante que cada proposta seja escolhida ou executada.
Consulta Popular	Mais de 10 mil pessoas participaram entre 5 e 22 nov. 2021.	Seleção final dependeu de viabilidade, manutenção futura e decisão dos compromitentes.
Governança I.1	Conselhos e entidade gestora; piloto iniciado.	Comunidades questionaram divisão de recursos e condições de participação.
AEDAS — histórico	Deixou as Regiões 1 e 2 após não aderir ao aditivo proposto em 2025.	Usar seus balanços como memória histórica, não como posição da ATI atual.
IBGP — atual R1	Escolhido em 3 mar. 2026 com 2.269 votos para Brumadinho.	Início dependeu de termo, homologação e repasse; acompanhar plano de trabalho e entregas.
ADAI — atual R2	Escolhida com 2.679 votos.	Relevante para articulação regional.
NACAB — R3	Aditivo mantém atuação até jun. 2027.	Acompanha NAE e processo de reparação.
Guaicuy — R4/R5	Aditivo mantém atuação até jun. 2027.	Produz materiais, pareceres e atua na ADPF 1314.

11. Onde trabalhar: portais, auditorias e documentos

Esta é a seção operacional do instrumento. Os links abaixo devem ser usados para conferir o dado na fonte, baixar documentos, filtrar iniciativas e registrar divergências. Não dependa apenas de notícias ou de um único painel.

Fonte de trabalho	Para que serve	Link direto
Acordo integral	Texto oficial, anexos I a XI e regras de conversão.	https://www.mg.gov.br/sites/default/files/geral/21-02-04_termo_de_medidas_reparatorias_-_versao_final.pdf
Pró-Brumadinho	Ponto de entrada do Governo de Minas; anexos, conversões, planilhas e prestações de contas.	https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho
FGV — Projeto Rio Paraopeba	Auditoria socioeconômica dos Anexos I.3 e I.4; filtrar município, anexo, status, execução física e financeira.	https://www18.fgv.br/projetorioparaopeba/

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Fonte de trabalho	Para que serve	Link direto
FGV PMO	Descrição institucional do papel da auditoria e do Projeto Rio Paraopeba.	https://fgvpmo.fgv.br/projetos
Auditoria socioambiental — AECOM	Notas técnicas, relatórios mensais e acompanhamento do Anexo II.	https://portal.auditoriasocioambiental.com.br/acordos
MPMG — página do caso	Acordo, comunicados do I.1, documentos da Entidade Gestora e seleção das ATIs.	https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/reparacao-por-desastres/desastre-da-vale-em-brumadinho-bacia-do-paraopeba.htm
I.4 — Brumadinho	Quantitativos atuais, iniciativas, conversões e links para a FGV.	https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-fortalecimento-dos-servicos-publicos-em-brumadinho
Obrigações recebidas pelo Estado	Planilha mensal: nominal, arrecadado, correção e rendimentos.	https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-obrigacoes-de-pagar-da-vale-ao-estado
IBGP — proposta técnica	Escopo apresentado para atuação como ATI da Região 1.	https://www.mpmg.mp.br/data/files/8F/E1/D8/AC/65F2C91073438EB9B9A8F9C2/IBGP%20-%20Proposta%20Tecnica%20Completa.pdf
NAE — atualização jurídica	Movimentações, depósitos, FGV e ADPF 1314.	https://nacab.org.br/movimentacoes-processo-novo-emergencial/
Paraopeba Participa	Rede/movimento das pessoas atingidas; posicionamentos e mobilização.	https://www.instagram.com/paraopebaparticipa/

Como usar a FGV: abra “Iniciativas”; filtre “Anexo I.4” e “I.3 e I.4”; compare “concluídas”, “em execução” e “situação das iniciativas”; abra a ficha do projeto e procure valor, cronograma, executor, FDI, parecer avaliativo, avanço físico e avanço financeiro. Projetos rodoviários executados pelo Estado podem não aparecer no portal da FGV e devem ser conferidos no Pró-Brumadinho/DER.

12. PTR encerrado e NAE em disputa no STF

CORREÇÃO ESSENCIAL: O PTR não existe mais: terminou em outubro de 2025. O programa atual em implementação judicial é o Novo Auxílio Emergencial (NAE), juridicamente distinto do PTR.

Elemento	PTR — encerrado	NAE — situação em 5/8/2026
Base	Anexo I.2 do acordo de 2021.	Ação civil pública e PNAB — Lei 14.755/2023.
Valor conhecido	R\$ 4,4 bilhões depositados pela Vale.	Mais de R\$ 133 milhões depositados para agosto de 2026; valor mensal, não teto total confirmado.
Operação	FGV, sob governança das Instituições de Justiça.	FGV recebeu primeira parcela do plano de trabalho para operacionalização.
Situação	Encerrado em outubro de 2025.	Execução em preparação/andamento judicial, mas ameaçada no STF.
Processo no STF	Não se aplica como programa vigente.	ADPF 1314, proposta pelo IBRAM; relator: ministro Gilmar Mendes.
Posições	Vale sustentou quitação do I.2 pelo depósito.	IBRAM/PGR contra manutenção; AGU, movimentos e ATIs defendem continuidade; pedido de julgamento pelo Plenário.

Em 28 de julho de 2026, o NACAB informou que a Vale juntou comprovantes de depósitos judiciais superiores a R\$ 133 milhões para o pagamento de agosto e que a FGV recebeu a

primeira parcela do seu plano de trabalho. Na ADPF 1314, o IBRAM pede suspensão das decisões mineiras. O procurador-geral da República opinou pela procedência da ação; a AGU se manifestou pela continuidade; o Instituto Guaicuy pediu ingresso como amicus curiae. Até o fechamento, não havia decisão final do STF.

O QUE COBRAR: Número de beneficiários efetivamente habilitados; calendário de crédito; critérios; valor por perfil; custos operacionais da FGV; depósitos mensais; decisões do TJMG; e decisão/liminar na ADPF 1314.

13. Imprensa e controle externo: o que muda a leitura

Veículo/data	Achado	Por que importa
O Tempo, 24 jan. 2025	Após seis anos, somente 2,5% da área devastada estava em recuperação, embora 88% da lama tivesse sido removida, segundo dados fornecidos pela Vale.	Separa remoção de rejeito de recuperação ecológica.
Estado de Minas, 31 mar. 2025	Justiça determinou manutenção integral do auxílio com fundamento na PNAB; Vale sustentou que o PTR estava quitado.	Mostra a origem da disputa que evoluiu para o NAE e STF.
Estado de Minas, 23 jan. 2026	A AEDAS deixou R1/R2 após não aderir ao aditivo; Vale declarou 81% das medidas econômicas executadas.	O percentual é declaração empresarial e não mede automaticamente reparação integral.
O Tempo, 25 jan. 2026	Fim do PTR gerou insegurança econômica entre pessoas atingidas.	Demonstra que encerramento financeiro não significa recomposição dos modos de vida.
Estado de Minas, 2 fev. 2026	Vale informou 17,5 mil indenizados e R\$ 4 bilhões em indenizações fora do acordo.	Evita somar indenizações individuais ao valor dos anexos.
Brasil de Fato, 21 jul. 2026	PGR opinou contra o NAE; movimentos pediram julgamento pelo Plenário.	Atualiza o risco jurídico na ADPF 1314.
O Tempo, 24 jun. 2026	R\$ 6 milhões do acordo financiaram nova balsa em município atingido.	Exemplo de entrega regional; não é entrega exclusiva de Brumadinho.
Estado de Minas, jul. 2026	Hospital Regional de Divinópolis recebeu R\$ 131,5 milhões do acordo.	Mostra destinação estadual do Anexo IV e a diferença entre compensação estadual e territorial.

O Estadão foi incluído na matriz de busca, mas o conteúdo estava bloqueado por barreira técnica no momento da coleta. Ele deve ser consultado manualmente em atualização futura. Essa limitação é preferível a citar matéria não examinada.

14. Linha histórica — 2021 a 2026

Data	Marco
4 fev. 2021	Homologação do acordo de R\$ 37,689 bi.
fev.–jul. 2021	Comunidades e prefeituras apresentam mais de 3 mil propostas; Brumadinho apresenta 475.
5–22 nov. 2021	Consulta Popular prioriza temas dos Anexos I.3 e I.4.
2022	Primeiras conversões relevantes em saúde e assistência.
abr./jun./jul. 2023	Validação ambiental e novos fluxos/conversões de I.3/I.4.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Data	Marco
10 jun. 2024	Conversão do saneamento do II.2; execução migra para municípios com apoio do BDMG.
mar. 2025	Decisão mineira determina auxílio com base na PNAB.
5 jun. 2025	Anunciado piloto do I.1, com R\$ 326,7 mi.
jul.–out. 2025	AEDAS deixa R1/R2; PTR termina por esgotamento do fundo.
3 mar. 2026	IBGP eleito na Região 1 com 2.269 votos; ADAI eleita na Região 2.
7 abr. 2026	STF divulga ADPF 1314, proposta pelo IBRAM; relatoria de Gilmar Mendes.
jun.–jul. 2026	Guaicuy pede ingresso; PGR opina contra; mobilizações defendem NAE.
27 jul. 2026	Vale junta comprovantes superiores a R\$ 133 mi para agosto do NAE.
31 jul. 2026	I.4 registra 43 iniciativas: 33 iniciadas, 31 em execução e 2 concluídas.
5 ago. 2026	Encerramento da verificação desta edição.

15. Análise financeira: o que os números permitem dizer

A comparação financeira é mantida apenas como tabela. Ela mostra atualização monetária e entrada de receita, não percentual de obra nem qualidade do serviço entregue.

Objeto	Nominal	Arrecadado até 31/7/2026
I.3	R\$ 232.460.000,00	R\$ 331.770.637,00
I.4 estrada	R\$ 120.000.000,00	R\$ 145.158.743,00
II.3	R\$ 2.050.000.000,00	R\$ 3.730.893.463,00
III	R\$ 4.950.000.000,00	R\$ 6.542.247.696,00
IV	R\$ 3.650.000.000,00	R\$ 5.013.830.206,00
Ressarc.	R\$ 310.000.000,00	R\$ 544.371.116,00
HOPE	R\$ 67.000.000,00	R\$ 72.987.279,00

O Estado informa R\$ 16,381 bilhões arrecadados nesses objetos, valor superior aos R\$ 11,479 bilhões nominais porque parcelas foram corrigidas pelo IPCA e houve rendimentos financeiros. Isso não significa que R\$ 16,381 bilhões já tenham sido pagos a fornecedores nem que as obras estejam concluídas.

16. Prometido versus realidade comprovada

Tema	Prometido	Evidência de entrega/avanço	Pendência
I.1	R\$ 3 bi e protagonismo comunitário	Piloto de R\$ 326,7 mi anunciado; governança em formação.	Escalar execução, publicar projetos, valores e beneficiários por território.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Tema	Prometido	Evidência de entrega/avanço	Pendência
PTR/NAE	R\$ 4,4 bi no PTR; proteção enquanto persistem danos é debatida na PNAB.	PTR encerrado; NAE com depósitos para ago. 2026.	Decisão do STF na ADPF 1314 e operacionalização efetiva da FGV.
I.4	R\$ 1,5 bi exclusivos a Brumadinho	43 selecionadas; 33 iniciadas; 31 em execução; 2 concluídas.	Comprovar execução física e financeira das 41 não concluídas e distribuição territorial.
II.1	Reparação integral sem teto	Capítulos validados e ações ambientais.	Só 2,5% da área devastada estava em recuperação em jan. 2025, segundo O Tempo/Vale; atualizar indicador.
II.2	Compensação e saneamento	Conversão, edital e projetos ambientais.	Executar projetos municipais e medir universalização.
II.3	Segurança hídrica RMBH	R\$ 3,731 bi arrecadados corrigidos; contratos e obras iniciados.	Concluir sistemas e demonstrar desempenho.
III/IV	Mobilidade e serviços públicos	R\$ 11,556 bi arrecadados somando III e IV; portfólio em execução.	Separar compensação estadual de benefício direto a Brumadinho.

17. Controvérsias, divergências e respostas

Tema	Fonte/alegação	Resposta ou dado institucional	Conclusão possível
Ritmo da reparação	ATIs, imprensa e movimentos registram lentidão.	Portal lista 31 iniciativas I.4 em execução e 2 concluídas.	Início de projeto não equivale a resultado entregue.
NAE	Comunidades e ATIs defendem proteção até recomposição dos modos de vida.	IBRAM e PGR questionam; AGU defende continuidade.	Disputa está na ADPF 1314; não existe decisão final até 5/8/2026.
Participação	Paraopeba Participa denuncia ausência de participação efetiva.	Acordo prevê participação e Consulta Popular ocorreu.	Participação consultiva não equivale a poder de decisão.
Conversões	Risco de transferir execução e controle para municípios.	Conversão prevista no item 7.5 e autorizada judicialmente.	Legalidade formal não elimina risco de capacidade municipal.
Percentual cumprido	Vale declarou 81% das medidas econômicas executadas em dez. 2025.	Governo usa números de iniciativas e receita; auditorias medem projetos.	Sem denominador comum, percentuais não são comparáveis.

18. Em que pé estamos — 5 de agosto de 2026

- PTR: encerrado. NAE: em implementação judicial, mas sob risco na ADPF 1314 do STF.
- Em execução relevante: I.1 piloto, I.3, I.4, II.2, II.3, III e IV.
- Estruturalmente pendente: conclusão e validação integral do Plano de Reparação Socioambiental e comprovação de resultados ecológicos duradouros.
- Brumadinho: 43 iniciativas I.4; 33 iniciadas, 31 em execução e 2 concluídas. O portal não oferece uma medida única de resultado territorial por comunidade.
- Financeiro: o Estado arrecadou R\$ 16,381 bilhões até 31/7/2026 em objetos sob sua execução; essa cifra inclui correção e rendimentos e não é um percentual de obra.
- Transparência: informações existem, porém estão fragmentadas entre processo judicial, portais, painéis, ATIs, auditorias e prefeituras.

CONCLUSÃO OBJETIVA: O acordo está longe de ser apenas “pago” ou “não pago”. Em 2026, ele combina obrigações quitadas financeiramente, programas encerrados, projetos entregues, obras em andamento, obrigações convertidas e reparação ambiental ainda dependente de validação e resultados de longo prazo.

19. Pendências prioritárias para Brumadinho

Prioridade	Pergunta de acompanhamento	Indicador mínimo
Execução I.4	Quanto foi entregue, bairro/distrito por bairro/distrito?	Valor pago + percentual físico + beneficiários.
Zona rural	Projetos chegam a Piedade, Aranha, Córrego do Feijão, Casa Branca e demais comunidades?	Mapa de entregas e cobertura.
Povos quilombolas	Centros culturais e protocolos avançaram?	Contrato, cronograma e governança comunitária.
Saúde	Estruturas possuem equipe, custeio e continuidade?	Atendimentos, profissionais e orçamento permanente.
Água e ambiente	Recuperação produz qualidade ecológica comprovada?	Indicadores auditados de água, solo, fauna e flora.
Diversificação econômica	Projetos reduzem dependência mineral?	Empregos, renda local e sobrevivência dos negócios.
Manutenção	Quem sustenta equipamentos após entrega?	Plano de manutenção e fonte orçamentária.
Transparência	Contratos e medições são comparáveis?	Painel único com documentos primários.

20. Agenda de trabalho para 12 e 24 meses

Nos próximos 12 meses, o controle social deve observar a expansão do piloto do I.1, execução municipal do saneamento, andamento das obras hídricas e fechamento de projetos I.4. Em 24 meses, o foco deve migrar do anúncio de obras para resultados: funcionamento dos serviços, manutenção, efeitos ambientais, cobertura territorial e redução de vulnerabilidades. Essas perspectivas são agenda de acompanhamento, não previsão garantida.

20.1 Dossiê operacional do I.4: o que conferir em cada grupo

As 43 iniciativas são desdobramentos de objetos maiores. A fragmentação em partes e fases é juridicamente relevante: uma fase iniciada não autoriza afirmar que o empreendimento inteiro foi entregue. Para cada grupo, a equipe deve guardar a ficha da FGV, o FDI vigente, o último parecer, a ordem de início, aditivos, medições e o documento de quitação, se houver.

Grupo	Iniciativas	Evidência mínima a exigir	Risco de leitura
-------	-------------	---------------------------	------------------

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

Grupo	Iniciativas	Evidência mínima a exigir	Risco de leitura
Saúde e assistência	1, 2, 7, 15, 17 e 18	Equipes contratadas; vigência do custeio; equipamentos instalados; atendimentos; fila; cobertura territorial; continuidade após o acordo.	O Complexo de Saúde e os serviços socioassistenciais têm componentes convertidos e híbridos; separar gasto da Vale de execução municipal.
Habitação e proteção	5 e 9	Número e localização das unidades; seleção de famílias; titularidade; infraestrutura; funcionamento e equipe do centro de apoio à mulher.	Beneficiário anunciado não é beneficiário atendido. Exigir lista agregada e critérios, protegendo dados pessoais.
Conectividade e segurança	3, 4 e 6	Cobertura de sinal por comunidade; tecnologia entregue; manutenção; área construída; efetivo e data de funcionamento do pelotão.	O estudo digital está concluído, mas a implantação da rede móvel é outra iniciativa e continua iniciada.
Desenvolvimento econômico	20, 21, 22 e 23	Terreno, licenças, infraestrutura, lotes, empresas atraídas, empregos locais, cronograma de cada fase e custeio futuro.	Não somar as fases como se fossem um único contrato; a Parte 3 não aparece como iniciada.
Agricultura	16 e 31	Produtores inscritos e atendidos; assistência técnica; rastreabilidade efetivamente usada; comercialização; renda; continuidade após encerramento contratual.	Kit, capacitação e cadastro são produtos; recomposição de renda é resultado e precisa ser medida.
Mobilidade rural e urbana	8, 14, 24–30	Extensão, trecho, contrato, licença, desapropriação, percentual físico, medições, drenagem, segurança viária, prazo e acesso durante a obra.	A duplicação via DER tem canal de controle diferente e pode não constar na FGV.
Quilombolas e cultura	10–13	Consulta livre, prévia e informada; terreno; projeto aprovado pela comunidade; contrato; governança; uso e manutenção.	As quatro iniciativas não aparecem como iniciadas na listagem oficial; não tratá-las como um único centro.
Regularização e requalificação	32–43	Imóveis/títulos; ruas e praças abrangidas; projetos executivos; acessibilidade; drenagem; iluminação; comércio afetado; manutenção.	Há dez iniciativas distintas de requalificação; seis aparecem iniciadas e quatro não, além da Praça das Joias.

20.2 Auditoria FGV dos Anexos I.3 e I.4: roteiro de leitura

Etapas	O que deve existir	Como interpretar
1. Definição	Compromitentes autorizam detalhamento.	A iniciativa pode ainda não ter escopo, preço ou prazo aprovados.
2. FDI	Vale apresenta escopo, cronograma, custos, riscos, indicadores, metas e marcos.	Prazo-base de 90 dias, prorrogável por até 180 dias mediante justificativa.
3. Parecer FGV	Auditoria testa desenho, preço e prazo contra parâmetros de mercado.	Divergência superior a 10% pode levar à reprovação do detalhamento e abrir discussão de conversão.
4. Ordem de início	Compromitentes autorizam execução após parecer favorável.	Só aqui a página oficial classifica a iniciativa como em execução.
5. Monitoramento	FGV acompanha avanço físico e financeiro e publica documentos.	Percentuais devem vir com data, escopo e versão; avanço financeiro não prova qualidade.
6. Avaliação ex-post	Auditoria examina entrega e resultado.	Conclusão oficial depende desse parecer.
7. Quitação	Compromitentes comunicam quitação por ofício.	Sem o ofício, evite chamar a obrigação de quitada.

CONTATO ÚTIL: Dúvidas sobre as fichas da auditoria: projettorioparaopeba@fgv.br. Canal de escuta indicado pela FGV: escutaparaopeba@fgv.br. Ao escrever, informe município, anexo, nome exato da iniciativa, documento e data de referência.

20.3 Conversão para obrigação de pagar: controle reforçado

Quando uma obrigação originalmente executada pela Vale é convertida, o valor equivalente é depositado e a prefeitura passa a executar mediante conta específica e termo de compromisso. A conversão pode resolver impedimentos técnicos ou jurídicos, mas cria uma segunda trilha de

fiscalização: além do processo do acordo e do parecer da FGV, entram orçamento municipal, licitação, contrato, empenho, liquidação, pagamento, medição e controle externo.

Documento	Pergunta que ele responde	Onde procurar
Decisão ou autorização	A conversão foi autorizada e em que condições?	Processo judicial e página de conversões do Pró-Brumadinho.
Parecer da FGV	Por que a execução direta foi inviável e qual preço foi aceito?	Ficha da iniciativa no Portal Rio Paraopeba.
Termo de compromisso	Quais obrigações, prazos e prestação de contas cabem ao município?	Pró-Brumadinho, processo e portal municipal.
Comprovante de depósito/liberação	Quanto entrou, quando e em qual conta específica?	Processo judicial e transparência municipal.
Licitação e contrato	Quem executa, por quanto e com que prazo?	Portal da Transparência e diário oficial municipal.
Medições e pagamentos	O que foi fisicamente aceito e pago?	Processo de despesa municipal.
Entrega e manutenção	O serviço funciona e quem sustentará o custeio?	Secretaria responsável, orçamento e parecer ex-post.

20.4 Quadro territorial: sede não representa todo o município

Território/comunidade citada	Iniciativa diretamente relacionada	Cobrança objetiva
Conceição do Itaguaú	UBS	Projeto, terreno, consulta local e justificativa do estágio não iniciado.
Marinhos, Ribeirão, Rodrigues e Sapé	Quatro centros culturais quilombolas	Cronograma individual, consulta prévia, governança e orçamento de cada comunidade.
Casa Branca	Estrada ao Jardim Canadá; estrada via Córrego do Feijão; requalificação	Trechos, impactos, acessibilidade, drenagem e calendário.
Córrego do Feijão	Estrada Alberto Flores–Casa Branca	Segurança, desapropriações, poeira, acesso e percentual físico.
Retiro do Chale	Melhorias da estrada	Extensão, drenagem, sinalização e manutenção.
Aranha, Suzana e Palhano	Pavimentação; requalificação de Palhano	Quilometragem, comunidades atendidas e estágio de Palhano.
Bonfim	Pavimentação Brumadinho–Bonfim	Contrato, medição e efeitos no tráfego local.
Parque da Cachoeira	Requalificação	Escopo, executor municipal, contrato, entrega e manutenção.
Tejuco	Reforma da praça	Projeto, acessibilidade, comércio, prazo e aceite.
Sede	Viaduto, requalificações e Praça das Joias	Separar cada obra; medir mobilidade, uso do espaço e manutenção.

20.5 Valor: ficha para impedir dupla contagem

Em toda planilha de acompanhamento, mantenha colunas separadas. O valor nominal do anexo não deve ser somado novamente ao valor corrigido, e depósito judicial não deve ser somado a pagamento de contrato como se fossem recursos diferentes.

Campo obrigatório	Regra de preenchimento
Valor nominal	Valor-base no acordo, FDI ou decisão, com data-base.
Correção monetária	Índice, período e memória de cálculo; no I.4, IPCA.
Valor convertido	Parcela cuja modalidade mudou de fazer para pagar.
Depositado	Valor colocado em juízo; registrar data e processo.
Liberado/arrecadado	Valor efetivamente transferido ao executor público.
Empenhado	Reserva orçamentária municipal/estadual.
Liquidado	Despesa reconhecida após entrega ou medição.
Pago	Desembolso ao fornecedor ou beneficiário.
Avanço físico	Percentual acompanhado de escopo, data e responsável pela medição.
Saldo	Indicar a fórmula; nunca misturar saldo do anexo, da iniciativa e do contrato.

20.6 Agenda de pedidos de informação e entrevista

Destinatário	Pedido objetivo	Documento/saída esperada
FGV	Exportação das 43 iniciativas I.4 com valor vigente, executor, status, avanço físico/financeiro e links.	Planilha datada + fichas/pareceres.
Compromitentes	Saldo corrigido do I.4 e decisões ainda pendentes para as dez não iniciadas.	Nota técnica e deliberações.
Prefeitura de Brumadinho	Relação das iniciativas convertidas, contas específicas, licitações, contratos, medições e pagamentos.	Planilha por projeto + processos de despesa.
DER-MG	Escopo, valor, cronograma, desapropriações e avanço da duplicação MG-040/MG-155.	Relatório de obra e medições.
IBGP	Plano de trabalho vigente, equipe, calendário territorial e canais da Região 1.	Plano homologado e agenda pública.
FGV/NAE	Número habilitado, critérios, calendário, custo operacional e confirmação dos créditos.	Relatório mensal do programa.
Vale	FDIs vigentes, cronogramas e justificativas de atraso das obrigações de fazer.	Documentos por iniciativa.
AECOM/Sisema	Versões do Plano de Reparação, condicionantes abertas e indicadores ambientais.	Matriz de programas e pendências.
Paraopeba Participa/comunidades	Prioridades não atendidas, mudanças percebidas e documentos locais.	Relatos identificados e evidências documentais.
Câmara Municipal/TCE/MP	Fiscalização das conversões e capacidade de manutenção.	Relatórios, requerimentos e achados de auditoria.

20.7 Matriz de verificação mensal

Pergunta	Evidência aceitável	Sinal de alerta
Mudou o status?	Ficha oficial datada e documento que autorizou a mudança.	Release sem ordem de início ou parecer.
Mudou o valor?	FDI/aditivo/decisão com data-base e memória de correção.	Valor sem indicar nominal, corrigido ou pago.
A obra avançou?	Medição, foto georreferenciada, relatório de fiscalização e visita local.	Percentual empresarial sem escopo ou data.
O serviço funciona?	Equipe, horário, produção, usuários e orçamento de manutenção.	Prédio inaugurado sem pessoal ou custeio.
A comunidade participou?	Ata, lista, material acessível e resposta às propostas.	Reunião informativa apresentada como decisão compartilhada.
A obrigação terminou?	Parecer ex-post da FGV e ofício de quitação.	Uso de "entregue" sem validação.
Há benefício territorial?	Cobertura por bairro/comunidade e público alcançado.	Somente valor agregado municipal.

21. Glossário

Termo	Definição
Pessoa atingida	Pessoa ou grupo que sofreu dano ou perda relacionada ao rompimento.
Reparação integral	Dever de recompor, compensar ou indenizar todos os danos reconhecidos.
Reparação coletiva	Medida voltada a direitos difusos ou de grupos.
Compensação	Contrabalanço quando o dano não pode ser integralmente restaurado.
Obrigação de fazer	A empresa executa a entrega.
Obrigação de pagar	A empresa deposita/paga e outro ente executa.
Conversão	Mudança de fazer para pagar, autorizada conforme o acordo.
ATI	Assessoria Técnica Independente escolhida para apoiar pessoas atingidas.
Compromitentes	Estado, MPMG, MPF e DPMG.
Compromissária	Vale S.A.
PTR	Programa de Transferência de Renda do Anexo I.2, encerrado em out. 2025.
NAE	Novo Auxílio Emergencial, distinto do PTR e em disputa judicial.
ADPF 1314	Ação do IBRAM no STF contra decisões que sustentam o NAE.
Execução física	Percentual ou etapa materialmente realizada.
Execução financeira	Etapa orçamentária/financeira; não prova resultado físico.
Homologação	Aprovação judicial que torna o acordo exigível.

22. Matriz de fontes e referências essenciais

MINAS GERAIS. Acordo Judicial para Reparação Integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA/Córrego do Feijão. 4 fev. 2021. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/geral/21-02-04_termo_de_medidas_reparatorias_-_versao_final.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Entenda o Acordo Judicial de Reparação. Atualizado em 6 jul. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/entenda-o-acordo-judicial-de-reparacao-ao-rompimento-em-brumadinho>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Esclarecendo os anexos do Acordo Judicial. Atualizado em 3 ago. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-esclarecendo-os-anexos-do-acordo-judicial>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Obrigações de pagar da Vale ao Estado. Atualizado em 3 ago. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-obrigacoes-de-pagar-da-vale-ao-estado>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo I.1 — Projetos de demandas das comunidades. Atualizado em 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-projetos-de-demandas-das-comunidades-atingidas-anexo-i1>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo I.3 — Projetos para a Bacia. Atualizado em 3 ago. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-projetos-de-fortalecimento-dos-servicos-publicos-bacia-do-paraopeba>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo I.4 — Projetos para Brumadinho. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-fortalecimento-dos-servicos-publicos-em-brumadinho>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo II.1 — Recuperação socioambiental. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-recuperacao-socioambiental-anexo-ii1>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo II.2 — Compensação socioambiental. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-compensacao-socioambiental-dos-danos-ja-conhecidos-anexo-ii2>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo II.3 — Segurança hídrica. Atualizado em 3 ago. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-projetos-de-seguranca-hidrica-anexo-ii3>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MINAS GERAIS. Anexo III — Programa de Mobilidade. Atualizado em 8 jul. 2026. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/reparacao-brumadinho-programa-de-mobilidade-anexo-iii>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MPMG. Participação popular marca início do piloto do Anexo I.1. 5 jun. 2025. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/participacao-popular-e-destaque-em-anuncio-de-inicio-da-execucao-de-projetos-comunitarios-do-acordo-de-brumadinho.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2026.

AEDAS. Anexo I.4: balanço semestral dos projetos em Brumadinho. 8 jul. 2025. Disponível em: <https://aedasmg.org/anexo-i-4-balanco-semestral-dos-projetos-em-brumadinho-janeiro-a-junho-de-2025/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

AEDAS. Auditoria dos projetos dos Anexos I.3 e I.4. 3 out. 2025. Disponível em: <https://aedasmg.org/auditoria-projetos-reparacao-brumadinho-bacia-paraopeba/>. Acesso em: 5

ago. 2026.

NACAB. Falta agilidade na reparação socioambiental. 5 maio 2025. Disponível em:

<https://nacab.org.br/falta-agilidade-reparacao-socioambiental/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

INSTITUTO GUAICUY. Novo panfleto explica os anexos. 26 jun. 2026. Disponível em:

<https://guaicuy.org.br/novo-panfleto-do-guaicuy-explica-os-anexos-do-acordo/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

INSTITUTO GUAICUY. Atualização do Plano de Recuperação Socioambiental. 18 mar. 2026.

Disponível em: <https://guaicuy.org.br/atualizacao-recuperacao-socioambiental-paraopeba-fevereiro-2026/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MPMG. Resultado da eleição das novas ATIs: IBGP na Região 1 e ADAI na Região 2. 3 mar.

2026. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mais-de-6-mil-pessoas-participam-da-maior-eleicao-de-assessoria-tecnica-independente-ja-realizada-duas-entidades-sao-escolhidas-pelas-pessoas-atingidas.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2026.

FGV. Projeto Rio Paraopeba — auditoria socioeconômica dos Anexos I.3 e I.4. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/projetorioparaopeba/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

NACAB. Importantes movimentações no processo do NAE. 28 jul. 2026. Disponível em:

<https://nacab.org.br/movimentacoes-processo-novo-emergencial/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Decisão sobre auxílio de Brumadinho é questionada no STF.

7 abr. 2026. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/decisao-que-determinou-manutencao-de-auxilio-as-vitimas-de-brumadinho-e-questionada-no-stf/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

INSTITUTO GUAICUY. Pedido de ingresso na ADPF 1314 sobre o NAE. 16 jun. 2026.

Disponível em: <https://guaicuy.org.br/novo-auxilio-emergencial-guaicuy-quer-participar-do-julgamento-no-stf/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

BRASIL DE FATO. Julgamento no STF pode acabar com auxílio aos atingidos. 21 jul. 2026.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/07/21/julgamento-no-stf-pode-acabar-com-o-auxilio-aos-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

O TEMPO. Após seis anos, só 2,5% da área atingida estava em recuperação. 24 jan. 2025.

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2025/1/24/tragedia-de-brumadinho-apos-6-anos-so-2-5-da-area-atingida-esta-em-recuperacao>. Acesso em: 5 ago. 2026.

ESTADO DE MINAS. Justiça ordena manutenção de pagamento a atingidos. 31 mar. 2025.

Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/03/7098575-justica-ordena-que-vale-mantenha-pagamento-integral-a-atingidos-por-tragedia-de-brumadinho.html>. Acesso em: 5 ago. 2026.

ESTADO DE MINAS. Vítimas cobram afastamento e Vale declara 81% de medidas econômicas.

23 jan. 2026. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2026/01/7339407-vitimas-de-brumadinho-denunciam-promotores-e-cobram-afastamento.html>. Acesso em: 5 ago. 2026.

MOVIMENTO PARAPEBA PARTICIPA. Canal público da rede de pessoas atingidas.

Disponível em: <https://www.instagram.com/paraopebaparticipa/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

23. Documentos, limitações e respostas não consolidadas

- Percentual físico total do acordo com metodologia única.
- Execução física consolidada de todos os projetos do Anexo I.4 por comunidade.

ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO DE BRUMADINHO | INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO

- Relação completa e atualizada de contratos, medições e manutenção em uma única base.
- Comparação integral de cada versão do Plano de Reparação Socioambiental e todas as condicionantes.
- Resultado territorial de longo prazo dos projetos ambientais e econômicos.
- Desfecho definitivo de todas as disputas sobre novo auxílio emergencial.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE: O relatório distingue fatos documentados, posições institucionais e críticas. Onde a informação pública não permitiu confirmação, a limitação foi registrada. Nenhum valor de “execução total” foi estimado por soma de categorias incompatíveis.